



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### PROJETO DE LEI N.º 2.676, DE 2011.

“Dispõe sobre a criação de vagas de trabalho como condicionantes para participação em programas de benefícios fiscais e subvenções econômicas previstos na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.”

**Autor:** Deputado ROGÉRIO CARVALHO

**Relator:** Deputado VICENTINHO

## I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em apreço estabelece condições para participação nos programas de benefícios fiscais e de subvenções econômicas previstos na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Para fruição dos benefícios do Repenec – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e do Retaero – Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira, o Projeto (Arts. 1º e 3º) acrescenta as seguintes exigências:

- regularidade nas relações trabalhistas, “englobando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e as condições de trabalho fiscalizadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho”;

- comprovação de preenchimento de vagas destinadas a:
  - a) portadores de deficiência, em cumprimento ao Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; b) jovens oriundos de programas de inclusão educacional-profissional e de cumprimento de medidas socioeducativas, inclusive do

Programa Nacional de Inclusão do Jovem – PROJOVEM; c) presidiários sob regime semiaberto e egressos do sistema penitenciário; d) pessoas com idade superior a cinquenta anos.

Para habilitar-se à licitação pública relativa ao Prouca – Programa um Computador por Aluno e ao Recompe – Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional, o Projeto (Art. 2º) pretende estabelecer que as empresas participantes da concorrência destinem vagas de trabalho para:

- jovens de 15 a 29 anos, oriundos de programas de inclusão no mercado de trabalho, educacional-profissional e que estejam cumprindo medidas socioeducativas;
- portadores de necessidades especiais;
- idosos ou pessoas em idades já consideradas vulneráveis para fins do mercado de trabalho;
- presos apenados em regimes semiabertos e egressos do sistema penitenciário.

Justificando a proposta, o Ilustre Signatário argumenta que “o Estado deve deter e manter a competência e a capacidade de ser indutor e fomentador da atividade econômica, mas para isso exige a contraprestação social do pagamento dos tributos, a responsabilidade previdenciária, a conduta ética nas relações de trabalho, a abertura para a inclusão social aos segmentos mais desfavoráveis.”

Vencido o prazo regimental, não foram apresentadas Emendas, conforme termo datado de 9 de agosto de 2012.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Trata-se de medida que ajuda a disseminar a cultura da responsabilidade social, sobretudo daqueles que se beneficiam de normas especiais do protecionismo estatal, fomentando a consciência de que nenhum governo é capaz de resolver sozinho problemas crônicos estruturais.

Nesse sentido, a combinação de forças entre Estado, empresa e sociedade é imprescindível para o desenvolvimento da nação brasileira segundo nossa diretriz constitucional, que assim preconiza: a ordem econômica é fundada na livre iniciativa, mas também na valorização do trabalho, de modo que seja erradicada a pobreza em todas suas formas – econômica e financeira, educacional, cultural e social –, assegurando-se, afinal, uma ordem social que tem como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Portanto, ao lado da missão de garantir o desenvolvimento econômico, o Estado também tem a missão de fortalecer os direitos sociais inerentes à cidadania, conforme bem defendido pelo Ilustre proponente. A iniciativa merece, pois, o nosso endosso.

Todavia chamamos a atenção para a necessidade de alguns reparos técnicos, tendo em vista que:

- a) o Projeto não estabelece apenas a condição de criação de vagas de trabalho para participação nos programas de benefícios fiscais e de subvenções que menciona, como leva a crer a redação proposta na ementa;
- b) é proposto o acréscimo do Art. 2º-A na Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, para estabelecer as exigências para fruição dos benefícios do Repenec. Mas o § 3º do Art. 2º já dispõe sobre essa matéria, devendo ser promovida alteração na redação desse dispositivo para acrescentar aí as exigências novas propostas no Projeto;
- c) o § 4º do Art. 2º da Lei n.º 12.249/ 2010 precisa ser revogado, pois contém norma que tornaria inaplicável a medida constante do item “b” acima, que se pretende estabelecer com o presente Projeto.
- d) a redação oferecida aos textos propostos se ressentir de maior clareza e aprimoramento técnico legislativo.

Somos, pois, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 2.676/2011, na forma do Substitutivo oferecido em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

**Deputado VICENTINHO**

**Relator**



## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 2.676, DE 2011.

Altera a Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, a fim de estabelecer condições para participação nos programas de benefícios fiscais e de subvenções econômicas que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do Art. 2º da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 3º A fruição dos benefícios do Repenec fica condicionada à comprovação de:

I – regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos impostos e às contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda;

II – regularidade nas relações trabalhistas, mediante:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011;

b) certificação de inadimplência relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –

FGTS; “nada consta” emitido pelo órgão responsável pela fiscalização das condições de trabalho;

III – cumprimento do Art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV – reserva de até 2% (dois por cento) de vagas de emprego, nas empresas com cem ou mais empregados, para cada um dos seguintes segmentos:

a) jovens que estejam cumprindo medidas socioeducativas ou que sejam oriundos de programas de inclusão e promoção social, por meio de processos educacionais e de qualificação profissional em nível de formação inicial e de desenvolvimento humano;

b) presidiários sob regime semiaberto e egressos do sistema penitenciário;

c) pessoas com idade superior a cinquenta anos. “

Art. 2º O Art. 7º da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º .....

.....

§ 4º A aquisição a que se refere o *caput* será realizada por meio de licitação pública, observada a legislação vigente e o disposto no § 5º deste artigo.

§ 5º Para habilitarem-se à concorrência referida no § 4º deste artigo, as empresas participantes deverão comprovar a reserva de vagas, em seu quadro de pessoal, destinadas ao emprego de:

a) jovens de 15 a 29 anos de idade, oriundos de programas de inclusão no mercado de trabalho por meio de processos educacionais

e de qualificação profissional ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas;

- b) portadores de necessidades especiais;
- c) idosos ou pessoas em idades já consideradas vulneráveis para fins do mercado de trabalho;
- d) presidiários sob regime semiaberto e egressos do sistema penitenciário.

Art. 3º O § 5º do Art. 30 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30.....

.....

§ 5º A fruição dos benefícios do Retaero condiciona-se à prévia habilitação na Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao cumprimento das:

- I – normas de homologação aeronáutica editadas no âmbito do Sistema de Segurança de Voo;
- II – exigências estabelecidas no § 3º do Art. 2º desta Lei.

Art. 4º Revoga-se o § 4º do Art. 2º da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

Deputado VICENTINHO  
Relator